



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO DO ACRE
JUNHO DE 2016**

PGE

**PROCURADORIA-GERAL
DO ESTADO DO ACRE**

CADERNO DE PROVAS



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

PROVA DO PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NA PGE/AC - 2016

QUESTÕES OBJETIVAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Ao tratar do alcance da liberdade de expressão em relação ao chamado “discurso do ódio” (*hate speech*), o STF sustentou que: (PGE-RS 2015)

a) O direito à liberdade de expressão é um direito relativo, objeto de ponderação, à luz dos princípios da dignidade humana, proporcionalidade e razoabilidade, não podendo acolher a incitação ao ódio racial ou religioso.

b) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação, em decorrência da cláusula pétrea relativa a direitos e garantias individuais.

c) O direito à liberdade de expressão é insuscetível de ponderação, salvo nas hipóteses de estado de sítio e estado de defesa.

d) O direito à liberdade de expressão é um direito relativo, objeto de ponderação, à luz dos princípios da dignidade humana, proporcionalidade e razoabilidade, sendo admissível a incitação ao ódio, na hipótese de emergência pública.

2) É privativo de brasileiro nato o seguinte cargo: (PGM-Curitiba 2015)

a) Ministro de Estado da Defesa.

b) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.

c) Deputado Federal.

d) Governador de Estado.

3) São fundamentos da República Federativa do Brasil, exceto:

a) a dignidade da pessoa humana;

b) o direito à propriedade;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

d) pluralismo político.

4) De acordo com a Constituição da República, assinale a opção incorreta quanto à forma de exercício da soberania popular.

Ela ocorre:

a) pelo sufrágio universal, exceto do analfabeto.

b) pelo voto direto e secreto.

c) por meio de plebiscito, referendo e iniciativa popular.

d) de forma facultativa por maiores de setenta anos e pelos maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

5) O número de Deputados nas Assembleias Legislativas dos Estados corresponderá:

a) ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

b) ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis,

será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

c) ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.

d) ao dobro da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de dez.

6) Ao legislarem sobre o regime de previdência obrigatória dos servidores públicos titulares de cargos efetivos, os Estados: (PGE-RN 2014)

a) devem observar, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social.

b) podem estabelecer hipóteses de aposentadoria especial para além daquelas previstas na Constituição Federal.

c) devem exercer a competência legislativa plena na matéria, visto



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

que inserida dentre suas competências legislativas privativas.

d) podem prever o pagamento do benefício de aposentadoria integral em valor acima do subsídio pago aos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

7) São bens dos Estados, exceto:

a) as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União;

b) as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, Municípios ou terceiros;

c) as áreas de assoreamento em rios limítrofes, não pertencentes à União ou ao município;

d) as terras devolutas não compreendidas entre as da União.

8) A União poderá intervir nos Estados nos seguintes casos, exceto:

a) manter a integridade nacional;

b) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;

c) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;

d) garantir o exercício da livre iniciativa nas unidades da Federação;

9) É promulgada Emenda à Constituição abolindo a garantia do *habeas data*, sob o argumento de que a Lei nº 12.527/11 já estaria a proteger o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa Emenda é: (PGE-RS 2015)

a) Constitucional, porque a Lei nº 12.527/11 ampliou o alcance do direito à informação.

b) Inconstitucional, porque apenas nas hipóteses de estado de sítio ou de estado de defesa tal supressão seria admissível.

c) Inconstitucional, porque apenas na hipótese de intervenção federal tal supressão seria admissível.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

d) Inconstitucional, porque viola a cláusula pétrea atinente aos direitos e garantias individuais.

10) Assinale a alternativa incorreta: A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

a) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

b) do Presidente da República.

c) da maioria absoluta dos ministros do STF, no âmbito de mandado de injunção.

d) de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria relativa de seus membros.

DIREITO AMBIENTAL

11) Nos termos da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, comente ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA):

a) assessorar o Presidente da República na formulação da política nacional e nas diretrizes

governamentais para o meio ambiente e os recursos ambientais;

b) executar e fazer executar a política e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, de acordo com as respectivas competências;

c) assessorar, estudar e propor ao Conselho de Governo, diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;

d) expedir licenças ambientais para empreendimentos de significativo impacto ambiental, inclusive barragens destinadas à acumulação de água para quaisquer usos, à disposição final ou temporária de rejeitos e à acumulação de resíduos industriais;

12) A Reserva Legal consiste na manutenção de área com cobertura de vegetação nativa nos imóveis rurais e, salvo nas exceções previstas em lei, o



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

percentual mínimo para os imóveis rurais situados em área de floresta da Amazônia Legal será de:

- a) 20% (vinte por cento);
- b) 25% (vinte e cinco por cento);
- c) 30% (trinta por cento);
- d) 80% (oitenta por cento).

13) A Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora. Para os fins dessa Lei Complementar, considera-se atuação subsidiária:

a) a ação do ente da Federação que se substitui ao ente federativo originariamente detentor das atribuições, nas hipóteses definidas na referida Lei Complementar;

b) a ação do ente da Federação que visa a auxiliar no desempenho das atribuições decorrentes das competências comuns, quando solicitado pelo ente federativo originariamente detentor das atribuições definidas nesta Lei Complementar;

c) o procedimento administrativo destinado a licenciar atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental;

d) o fomento promovido por organizações não-governamentais nacionais ou estrangeiras para subsidiar a produção agrícola sustentável nas áreas de preservação permanente definidas em lei.

14) Para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, incumbe ao Poder Público, dentre outras atribuições:

a) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

b) definir, apenas nos territórios federais, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

c) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo vedada, em caráter absoluto, qualquer alteração ou supressão desses espaços;

d) definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo permitida a alteração e a supressão somente por ato do Presidente da República, para o fim exclusivo de realização de obras públicas para assegurar o abastecimento

energético do setor produtivo nacional;

15) A obrigação do poluidor indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, em decorrência de sua atividade, independentemente da existência de culpa, está diretamente ligada a qual dos princípios do Direito Ambiental abaixo relacionados:

- a)** princípio do usuário-pagador;
- b)** princípio do protetor-recebedor;
- c)** princípio do poluidor-pagador;
- d)** princípio da prevenção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

16) Com relação à capacidade processual das partes, marque a alternativa INCORRETA:

- a)** Toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo;
- b)** O Estado e o Distrito Federal serão representados em juízo, ativa e passivamente, por seus procuradores ou, ainda, por advogados particulares indicados pelo Procurador-Geral do Estado;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

c) Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício;

d) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei.

17) Com relação aos critérios de determinação de competência, marque a alternativa CORRETA:

a) A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio do Autor;

b) É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal;

c) Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro do domicílio do Réu;

d) É competente o foro de domicílio do Réu ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

18) A lei processual civil estipula incumbências do juiz. Marque a opção INCORRETA:

a) Assegurar às partes igualdade de tratamento;

b) Promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;

c) Ainda que depois de encerrado o prazo regular, poderá o juiz dilatar os prazos processuais e alterar a ordem de produção dos meios de prova;

d) Velar pela duração razoável do processo.

19) Com relação ao pedido em uma petição inicial, responda qual é a alternativa INCORRETA:

a) É ilícito formular mais de um pedido em ordem subsidiária, a fim de que o juiz conheça do posterior, quando não acolher o anterior.

b) O pedido deve ser certo.

c) O pedido deve ser determinado.

d) A lei processual civil prevê algumas hipóteses em que considera lícito formular pedido genérico, ocorrendo uma delas quando a determinação do objeto ou



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

20) No que diz respeito à petição inicial, citação, intimação, e prazos processuais, marque a alternativa INCORRETA:

a) Com relação aos prazos processuais, na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis;

b) Em regra, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em quádruplo para todas as suas manifestações processuais. Porém, o prazo será em dobro para interpor recursos;

c) A citação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de suas respectivas autarquias e fundações de direito público será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial;

d) O Código de Processo Civil em vigor manteve o valor da causa

como um dos requisitos a serem indicados na petição inicial.

21) Acerca da Revelia, marque a alternativa CORRETA:

a) A revelia se dá com a não apresentação de exceção ou de reconvenção no prazo da resposta;

b) Ainda que o litígio verse sobre direitos indisponíveis, a revelia produz seus efeitos normalmente;

c) Contra o revel, ainda que tenha patrono constituído nos autos, correrão os prazos independentemente de publicação do ato decisório no órgão oficial;

d) O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.

22) No que diz respeito à Contestação, marque a alternativa INCORRETA:

a) Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir;



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

b) O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, sendo o termo inicial e a forma de contagem especificadas na lei processual;

c) Na contestação, antes de discutir o mérito, incumbe ao réu alegar a incompetência relativa do juízo. Por outro lado, a alegação de incompetência absoluta deve ser realizada por meio de Exceção de Incompetência;

d) O ônus da impugnação especificada dos fatos na contestação não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.

23) Qual dos recursos abaixo não está expressamente previsto no Código de Processo Civil em vigor?

- a)** Agravo de instrumento;
- b)** Apelação;
- c)** Agravo retido;
- d)** Recurso Extraordinário.

24) Com relação aos Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos

Municípios e sua legislação de regência, marque a alternativa CORRETA:

a) Os Juizados Especiais da Fazenda Pública possuem competência para apreciar ações de desapropriação;

b) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa;

c) É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos;

d) Dentre outros, podem figurar como partes autoras os Estados, Municípios, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte.

25) Extingue-se a execução quando:

a) Ocorrer a prescrição intercorrente;

b) Ocorrer a morte do credor;

c) Ocorrer a morte do devedor;

d) Verificada a insolvência do devedor.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CIVIL

26) A Lei Federal nº 123, publicada em 6 de junho de 2016, determinou que os postos de gasolina em todo o território nacional não mais poderiam comercializar combustível em recipientes que não fossem recomendados pelo INMETRO, sob pena de aplicação de multa pecuniária. Não houve qualquer disposição acerca do termo inicial de vigência da norma. Em 6 de julho de 2016, Maria, frentista de um pequeno posto de combustíveis no interior do Acre, foi flagrada pelo órgão de fiscalização comercializando 1L de gasolina dentro de uma garrafa PET que não tinha a recomendação do INMETRO para armazenar combustível. Percebendo que o fiscal iria aplicar a multa prevista em lei, Maria informou-lhe que não tinha conhecimento da norma. De acordo com o caso apresentado e com as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta:

a) A Lei nº 123 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2017 na localidade em que Maria trabalhava, visto que, em localidades cujo acesso seja mais difícil, a lei tem um prazo maior para entrar em vigor.

b) Tendo em vista que Maria não tinha conhecimento dos termos da nova lei, o fiscal não poderá aplicar qualquer multa ao estabelecimento comercial.

c) A conduta do fiscal, ao aplicar a multa ao estabelecimento comercial, não foi correta, uma vez que a Lei nº 123 não estava em vigor naquele momento.

d) Por dispor sobre situação temporária, a Lei nº 123 somente vigorará até 6 de junho de 2018, momento a partir do qual perderá todos os seus efeitos.

27) José atualmente conta com 15 anos de idade; Antônio, com 20 anos de idade, encontra-se internado em uma clínica para reabilitação de dependentes químicos; Francisco, com 16 anos de idade, foi atropelado por um carro quando contava com 15 anos de idade, e, atualmente,



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

encontra-se em estado grave na UTI, sem conseguir se comunicar; Márcio, com 20 anos de idade, é estagiário da Procuradoria-Geral do Estado do Acre e cursa o 4º semestre do curso de Direito.

Analisando as quatro situações acima descritas, assinale a alternativa correta quanto à capacidade das pessoas naturais para o exercício dos atos da vida civil;

- a) José é absolutamente incapaz e Márcio é relativamente incapaz;
- b) Antônio e Francisco são relativamente incapazes;
- c) José é absolutamente incapaz e Antônio é plenamente capaz;
- d) Márcio é absolutamente capaz e Francisco é absolutamente incapaz.

28) Sobre as pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) As pessoas jurídicas podem ser de direito privado, interno e externo, e de direito público;
- b) O Estado do Acre é uma pessoa jurídica de direito público

externo, pois somente a União é pessoa jurídica de direito público interno.

c) No âmbito da Associação dos Procuradores do Estado do Acre, os Procuradores mais antigos na carreira terão direitos distintos daqueles que ingressaram há menos de 3 anos;

d) O ordenamento jurídico brasileiro admite expressamente a aplicação da *Disregard Doctrine* (Teoria da Desconsideração da Pessoa Jurídica).

29) Acerca dos institutos da prescrição e da decadência, bem como sobre os bens públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Uma das diferenças entre prescrição e decadência é que a prescrição pode sofrer interrupção, enquanto a decadência, salvo disposição legal em contrário, não está sujeita às normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição.
- b) O Código Civil Brasileiro, ao dispor sobre bens públicos, classifica-os em bens de uso comum do povo, bens de uso especial e



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

bens dominicais, estando os bens dominicais sujeitos à usucapião.

c) O uso comum dos bens públicos será gratuito, sendo vedada a retribuição pecuniária.

d) Os prazos de prescrição estabelecidos em lei não poderão ser alterados por acordo das partes a quem interessem, mas os prazos decadenciais fixados em lei poderão ser renunciados pela parte a quem aproveite a renúncia.

30) Assinale a alternativa correta de acordo com as disposições do Código Civil.

a) O negócio jurídico, para ser considerado válido, requer, dentre outros requisitos, que seja realizado por agente capaz e que o objeto, ainda que ilícito, seja possível, determinado ou determinável;

b) Não constitui ato ilícito a deterioração da coisa alheia, ou a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente;

c) A condição difere do termo uma vez que a primeira subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo, enquanto o segundo, que pode ser final ou inicial, está

relacionado a evento incerto, seja no presente ou no futuro.

d) Dentre os defeitos do negócio jurídico, podemos citar o erro, que, sendo verificado no caso concreto, torna o negócio jurídico nulo de pleno direito.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31) Acerca dos princípios que regem o direito administrativo, assinale a alternativa incorreta:

a) O princípio da eficiência aduz que o administrador público deverá atuar obedecendo a todos os comandos legais de forma que a atividade administrativa, ainda que demande mais tempo que o necessário, não fuja dos padrões exigidos pela lei.

b) Supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público são dois princípios que, segundo a doutrina, são considerados os supraprincípios do Direito Administrativo.

c) A impessoalidade figura como um princípio de relevância



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

constitucional, e tem como escopo promover a isonomia.

d) A publicidade não é um princípio absoluto, ou seja, poderá ser mitigada em determinadas situações, como por exemplo, resguardar interesses íntimos de certo administrado.

32) O conceito Administração pública, em seu sentido formal, é:

a) Conjunto de agentes públicos e particulares que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas.

b) Conjunto de agentes, órgãos e pessoas jurídicas que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas.

c) Conjunto de agentes e órgãos jurídicos que tenham a incumbência de executar as atividades administrativas.

d) Nenhuma das anteriores.

33) Os órgãos públicos estão integrados em pessoas jurídicas, sendo a configuração da organização do Estado assim dividida:

a) Administração pública direta compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

b) Administração pública direta compreende a União e os Estados.

c) Administração pública direta compreende a União, os Estados e o Distrito Federal.

d) Administração pública direta compreende a União, os Estados e os Municípios.

34) Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

a) Atos políticos são aqueles praticados pelo administrador público executando ordens políticas legais.

b) Ato administrativo é gênero do qual ato da administração é espécie.

c) Atos materiais são atos nos quais o poder público materializa a vontade do povo, não estando sujeitos a controle judicial em abstrato.

d) A administração pode praticar atos privados, nos quais não há supremacia em relação aos particulares que também participam do acordo de vontades.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

35) Na posição clássica de Hely Lopes Meireles, os cinco requisitos para formação do ato administrativo são:

- a) Competência, finalidade, forma, motivo e objeto.
- b) Competência, finalidade, função, forma e objeto.
- c) Legalidade, competência, forma, motivo e objeto.
- d) Legalidade, finalidade, função, forma e objeto.

36) Sobre as modalidades de licitação, considere as informações a seguir:

I – Concorrência, tomada de preços e convite serão utilizados, em regra, conforme o valor ou o objeto da licitação;

II – A concorrência é modalidade mais ampla, sendo sempre possível sua utilização quanto seja permitido o uso da modalidade convite.

III – A tomada de preços restringe a participação dos licitantes que estejam previamente cadastrados;

IV – No convite não é necessária a ampla divulgação do instrumento convocatório, sendo possível a

simples afixação deste em local visível na repartição.

Estão corretos os itens:

- a) I e II;
- b) I, II e III;
- c) I, II e IV;
- d) II, III, IV.

37) No caso de ocorrer uma emergência, a administração pode contratar diretamente por:

- a) Inexigibilidade de licitação;
- b) Dispensa de licitação;
- c) Inexigibilidade ou dispensa, a depender da situação que caracteriza a emergência;
- d) Licitação.

38) A definição de agente público é:

- a) Pessoa jurídica que age em nome do Estado.
- b) Representante do Estado.
- c) Pessoa física ou jurídica designada para atuar em nome do Estado.
- d) Pessoa física que atua como órgão estatal, produzindo ou manifestando a vontade do Estado



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

39) Os bens públicos podem ser assim classificados:

- a) Bens de uso comum e especial;
- b) Bens de uso comum, de uso especial e dominicais;
- c) Bens de uso e dominicais;
- d) Bens móveis e imóveis.

40) Acerca do tema “Responsabilidade civil do Estado”, é correto afirmar que:

- a) A responsabilidade administrativa não se confunde com a responsabilidade civil do Estado.
- b) A responsabilidade civil do Estado é um direito a ele atribuído para compensar danos materiais e morais causados por terceiros.
- c) A responsabilidade civil é uma das hipóteses da responsabilidade administrativa do Estado.
- d) A responsabilidade civil impõe ao Estado o dever de indenizar apenas particulares.

DIREITO TRABALHO e
PROCESSO DO TRABALHO

41) São requisitos da relação de emprego:

- a) Pessoalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.
- b) Pessoalidade, eventualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.
- c) Pessoalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e assiduidade.
- d) Pessoalidade, habitualidade, onerosidade, subordinação e alteridade.

42) Assinale a alternativa correta:

- a) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.
- b) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, ainda que diferente a produtividade, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade.

c) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade, ainda que o paradigma seja trabalhador readaptado em nova função por motivo de deficiência física ou mental.

d) Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou tempo de serviço.

43) Segundo o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho:

a) A contratação irregular de trabalhador, mediante empresa interposta, gera vínculo de emprego com os órgãos da Administração Pública direta, indireta ou fundacional;

b) Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, caso evidenciada

a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora, desde que hajam participado da relação processual e constem também do título executivo judicial. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.

c) O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, ainda que não haja participado da relação processual e não conste do título executivo judicial.

d) A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral, excetuadas as multas de natureza processual.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

44) São órgãos da Justiça do Trabalho:

a) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho; as Juntas de Conciliação e Julgamento.

b) O Conselho Nacional da Justiça do Trabalho; o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

c) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais de Alçada Trabalhista; os Juízes do Trabalho.

d) O Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; os Juízes do Trabalho.

45) São recursos trabalhistas:

a) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso especial e agravo de petição.

b) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso de revista e agravo de petição.

c) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo de instrumento, recurso extraordinário e apelação.

d) recurso ordinário, embargos de declaração, agravo retido, recurso de revista e agravo de petição.

DIREITO TRIBUTÁRIO

46) Sobre a limitação do poder de tributar, assinale a alternativa CORRETA. (AOC, 2016)

a) Os Estados podem instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

b) Em caso de guerra declarada, a União poderá utilizar tributo com efeito de confisco.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão instituir impostos sobre fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.

d) É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

47) É CORRETO afirmar que: (FUNDATEC, 2014)

a) Segundo a literalidade da Constituição Federal, a capacidade contributiva deverá estar presente em todos os tributos.

b) Por derivar do sobreprincípio da segurança jurídica, a legalidade tributária é aplicável a todas as espécies tributárias, em todas as circunstâncias.

c) A vedação ao confisco também se estende às taxas.

d) Não viola a isonomia tributária um tratamento distinto de pessoas que se encontrem em situação equivalente.

48) No tocante aos impostos de competência dos Estados e do Distrito Federal, analise os enunciados e marque a assertiva INCORRETA:

a) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana.

b) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos.

c) Compete ao Distrito Federal instituir impostos sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

d) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre a propriedade de veículos automotores.

49) Assinale a alternativa INCORRETA: (Seleção Pública



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

**do Programa de Estágio em
Direito da PGE/PE - 2011)**

a) A prescrição e a decadência são formas de extinção do crédito tributário.

b) O depósito do montante integral do crédito tributário é forma de suspensão de sua exigibilidade.

c) O parcelamento e a moratória não são formas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

d) A isenção e a anistia são formas de exclusão do crédito tributário.

c) O Termo de inscrição da dívida ativa, desde que seja lavrado por autoridade competente, dispensa a indicação da origem e da natureza do crédito, bem como a menção específica da disposição da lei em que seja fundado.

d) A certidão de que conste a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa não terá os mesmos efeitos da certidão negativa.

**50) A respeito da dívida ativa,
julgue os itens a seguir
assinalando a assertiva
CORRETA:**

a) A Dívida Ativa regularmente inscrita goza de presunção absoluta de certeza e liquidez e não pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a quem aproveite.

b) A dívida regularmente inscrita goza da presunção relativa de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

QUESTÃO DISSERTATIVA

Segurança x Privacidade: o debate
sobre bloqueio do WhatsApp

Folha de São Paulo, 2 de maio de
2016

**“Justiça determina bloqueio do
WhatsApp no Brasil por 72 horas**

Justiça mandou as operadoras de telefonia fixa e móvel bloquearem o serviço de mensagens instantâneas WhatsApp em todo o país por 72 horas. A medida começará a valer a partir das 14h desta segunda-feira (2). A decisão, de 26 de abril, é do juiz Marcel Montalvão, da comarca de Lagarto (SE).”

O objetivo foi obrigar a empresa a entregar ao juízo informações no âmbito de uma investigação criminal.

Considerando a circunstância acima, disserte sobre os princípios constitucionais em conflito, tendo em vista a necessidade de equilíbrio entre os interesses afetados.

Mínimo: 25 linhas

Máximo: 40 linhas



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

1 _____

2 _____

3 _____

4 _____

5 _____

6 _____

7 _____

8 _____

9 _____

10 _____

11 _____

12 _____

13 _____

14 _____

15 _____

16 _____

17 _____

18 _____

19 _____

20 _____

21 _____

22 _____

23 _____

24 _____

25 _____

26 _____

27 _____

28 _____

29 _____

30 _____



COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTÁGIO DA PGE/AC
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40
